



FORMAÇÃO SUPERIOR: INTERFACE ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E CONSELHOS PROFISSIONAIS

Prof^a. Dr^a. Iguatemy Maria de Lucena Martins¹

A formação superior em nível de graduação e a necessária implementação de políticas complementares e ações cooperativas entre Instituições de Ensino Superior (IES) e Conselhos Profissionais constituem a base argumentativa privilegiada das considerações aqui apresentadas.

A abordagem deste tema inscreve-se na tentativa de revelar a existência de pontos de convergência entre IES e Conselhos Profissionais, de modo a estimular o diálogo efetivo entre estas entidades. Uma ação estratégica para fortalecer a formação universitária e a qualidade da intervenção profissional, além de visibilidade ao assunto, ampliar as análises e fecundar novas reflexões.

As IES têm como missão contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico e social do País. Para isso, devem assegurar que os seus processos e iniciativas se realizem observando alguns princípios basilares da educação superior: universalização com qualidade, pluralidade na formação, modernidade na gestão, autonomia acadêmico-científica e avaliação permanente.

Além disso, as IES devem perseguir o perfil de indutoras da pesquisa e da inovação, reafirmando-se como parceiras da sociedade e do setor produtivo, conhecedoras das demandas regionais e focadas nas mudanças nacionais e internacionais.

As responsabilidades sociais que recaem sobre as IES são grandes e seus dirigentes, gestores, professores e técnicos administrativos precisam estar preparados para dar conta dos desafios que se avolumam diante das demandas do mundo do trabalho, exigindo profissionais com maior nível de conhecimentos básico e específico, domínio das inovações tecnológicas, perfil empreendedor e conduta ética irrepreensível.

A tudo isso se deve, ainda, acrescentar o inadiável compromisso que as IES devem ter com questões mundialmente consagradas como inclusão, preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Tais exigências, ditadas na sua maioria pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento do país, impactam na formação acadêmica e no exercício profissional impondo desde mudanças mais densas no próprio sistema educacional superior até a revisão dos modelos e desenhos curriculares para responder aos apelos da realidade social. Esta compreensão não significa afirmar que os projetos pedagógicos da graduação devem ser ditados, exclusivamente, pelo mercado de

¹ Licenciada em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa, com mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em Ciências do Desporto pela Universidade do Porto/Portugal.

Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba e atua nas áreas do Ensino Superior e Formação Profissional em Educação Física.

Diretora do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior da da Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, no período 2006-2007.

Diretora de Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no período 2008/ Maio de 2010.

Presidente da Comissão de Ensino Superior e Preparação Profissional do Conselho Federal de Educação Física – CONFED



trabalho, porém, quando o assunto é formação profissional, a ele não se pode ficar indiferente.

Por essa razão, os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação precisam traduzir claramente os propósitos desses cursos, explicitando o perfil do egresso, a área de atuação profissional e deixando claro como serão desenvolvidas as disciplinas, as atividades acadêmicas e os estágios, em termos de conteúdos e cargas horárias, além dos processos de avaliação.

Não resta dúvida que as IES também precisam informar objetivamente aos estudantes sobre o curso que estão frequentando e oferecer um ensino que se coadune com os conhecimentos exigidos para uma formação acadêmica de qualidade e para uma intervenção profissional segura.

No espaço e no cotidiano acadêmicos, a formação profissional efetiva-se por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas em diferentes formatos e dimensões. A essas atividades associam-se vivências de natureza cultural, esportiva e artística que, oferecidas pelas próprias IES, de forma complementar ou optativa, engrandecem a formação geral dos estudantes.

Considerando que o ensino-aprendizagem se caracteriza como processo de difusão/assimilação/retroalimentação do conhecimento culturalmente produzido e socializado; que a pesquisa se apresenta como elemento integrante e modernizador do ensino e que a extensão é um princípio educativo que prioriza a formação para a cidadania por meio do contato com a realidade circundante, essas atividades tornam-se elementos essenciais para a qualidade da formação dos estudantes universitários.

Compreendidos os conceitos de ensino, pesquisa e extensão, trabalhados dialeticamente como aspectos basilares da formação superior, criam-se oportunidades para promover um processo ensino-aprendizado mais real, fundado nos avanços da ciência, na iniciação científica, na ética e na busca de soluções para os problemas sociais de caráter regional, nacional e mundial.

Uma formação superior assim desenvolvida permitirá a criação de bases para a mediação entre as IES e a sociedade, para viabilizar o atendimento às demandas sociais e para transformar qualitativamente a comunidade, os alunos e a própria IES.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9393/96), um dos objetivos do ensino superior é formar profissionais aptos (capazes) para o exercício profissional, fornecendo à sociedade profissionais portadores da qualificação que a lei exige. Assim, a formação superior deverá considerar, além dos referenciais já anunciados, esta determinação legal que diz respeito diretamente à inserção profissional dos egressos da educação superior nos diferentes campos de trabalho.

• Formação acadêmica e exercício profissional

A formação acadêmica é um processo educativo, cultural e científico que se efetiva nas IES e concretiza-se nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Sem desconsiderar a grandeza das expectativas dispensadas às instituições universitárias e a complexidade inerente ao ensino superior, admite-se que a formação em nível de graduação objetiva, fundamentalmente, criar condições para que o graduado possa se inserir no mundo do trabalho de forma eficiente e competente, o que exige das instâncias formadoras um olhar atento e permanente sobre as demandas sociais, o mercado de trabalho e as novas intervenções e perfis profissionais.



O exercício profissional traduz a ação de realizar atividade, profissão ou ocupação especializada e supõe determinado preparo técnico e intelectual, competência científica e técnica, além de inserção política e postura ética do profissional.

A condição para o início do exercício profissional implica obtenção do diploma, decorrente da formação acadêmica ou profissional, a qual deverá reunir um conjunto de conhecimentos e técnicas necessárias ao exercício de uma profissão ou próprio dela, atender aos preceitos legais da educação superior brasileira e preparar os egressos de modo a conhecerem os parâmetros de controle do exercício da sua profissão.

Nesse contexto, cabe aos conselhos de profissões regulamentadas normatizar, orientar e fiscalizar o exercício profissional que resulte de uma qualificação exigida por determinação legal, além de estabelecer mecanismos de orientação do exercício profissional que traduzam o melhor desempenho esperado dos profissionais em termos de preparação técnico-científica, de condutas, atitudes e procedimentos éticos.

A regulamentação de uma profissão resulta da necessidade de fiscalizar o exercício profissional na perspectiva de proteger a sociedade. A qualidade dos serviços prestados, que é o próprio objeto de fiscalização do exercício profissional, sustenta-se em primeiro lugar na definição e normatização do conteúdo específico da formação acadêmico/profissional e, em segundo, no registro do profissional e na fiscalização da intervenção profissional.

De uma forma geral, as Diretrizes Curriculares Nacionais que orientam o processo ensino-aprendizagem na graduação, organizam o conjunto de saberes, atitudes e competências que articulam a formação acadêmica e o exercício profissional, revelando-se importante fator de integração entre a formação acadêmica e o exercício profissional.

Contudo, os fundamentos da interface entre IES e Conselhos Profissionais apoiam-se fundamentalmente na necessidade de maior integração entre modos e meios de conhecer a realidade do mundo do trabalho. Neste contexto, a luta pelo reconhecimento e valorização da educação e da formação universitária, assim como o posicionamento contra a precarização das profissões não podem ser esquecidos.

O fenômeno da precarização revela-se não só na falta de reconhecimento social ou nos baixos salários, mas também nas inúmeras ações originárias de políticas públicas que, principalmente a partir da Constituição Federal de 1998, foram formatadas para agregar as organizações do Terceiro Setor, caracterizadas como organizações sociais, sem fins lucrativos e autônomas. Em geral, estas organizações estão voltadas para complementar as ações do Estado no atendimento das demandas originárias das classes menos favorecidas da sociedade.

Em nome da maior interação governo e sociedade, programas e ações formalizados por meio de políticas públicas em educação, saúde, esporte, cultura, lazer, entre outros, têm estimulado a presença de diferentes atores sociais, desempenhando funções e atribuições próprias de profissionais egressos de cursos superiores.

É possível que esses atores sociais desempenhem importante papel nos seus espaços de atuação, onde muitas vezes e por muitas razões o Estado e até mesmo os profissionais não chegam efetivamente.

Entretanto, ao não possuírem preparação acadêmica, técnica e ética para o exercício específico de uma determinada profissão e ao não se submeterem às



obrigações e penalidades impostas pelos códigos de ética dessas profissões, a presença de outros atores sociais desenvolvendo ações, que por ausência de formação específica não lhes são pertinentes, deixam transparecer certa dose de descompromisso com a qualidade no atendimento das populações e dos programas a elas destinados pelo Estado.

Ao priorizar a formação superior, o mercado e os espaços de intervenção profissional, as considerações anteriormente formuladas não negam a compreensão de que é preciso valorizar a participação social, garantindo que na execução de programas e ações originários de políticas públicas, os saberes e interesses dos grupos sociais sejam assumidos, gerando iniciativas propositivas e solidárias.

Nesse contexto, parece ser de fundamental importância que o conhecimento sobre a delimitação de competências e espaços de intervenção profissionais, a responsabilidade social no exercício profissional e a clareza de como deve ser o comportamento ético das diferentes categorias profissionais sejam acessíveis ao público externo, de modo que a sociedade em geral possa reconhecer tais aspectos e exigir os seus direitos. Um ponto que traz para a cena principal os Conselhos Profissionais.

Reafirma-se, assim, a compreensão das IES como instâncias de formação superior e dos Conselhos Profissionais como entidades reguladoras do exercício profissional. Instâncias independentes que preservam as suas responsabilidades específicas, mas que se complementam para garantir que a sociedade seja respeitada no seu direito de ser atendida por profissionais do mais alto nível acadêmico, científico, técnico e ético.

Nesse cenário, Conselhos Profissionais e IES precisam atuar no sentido de articular a graduação com o mercado de trabalho para dinamização dos cursos e inserção profissional dos seus egressos, gerando uma cultura de cooperação para a transformação, de aperfeiçoamento de normas indutoras de mudanças, de registro de experiências profissionais bem sucedidas e realização de ações intersetoriais na busca de mais qualidade para a formação universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GÍLIO, I. **Trabalho e educação**: formação profissional e mercado de trabalho. São Paulo: Nobel. 2000.

GONDIM, S.M.G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos Psicologia**, Natal. Vol. 7 n. 2. 2002.

DANYLUK, O.S. (Org). **Conhecimento sem fronteiras**. Passo Fundo: [s.n.], 2005. (Série Publicações da Graduação).

DIAS, A.I.; KETZER, S.M. (Org). **Memória do ForGRAD**: 20 anos do Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. Unidade na Diversidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

MARTINS, I.; RIBEIRO, C. Extensão universitária: reforçando a missão social da universidade. **Revista PROEXT**. MEC –SESu, Brasília. v. 2. 2007.



MARTINS, I.; KETZER, S.M. (Org) **Educação tutorial no ensino presencial: uma análise sobre o PET. In: PET – Programa de Educação Tutorial: estratégia para o desenvolvimento da graduação.** Ministério da Educação: Brasília, 2007.

NEIVA, C.C. **Temas atuais em educação superior: proposição para estimular a investigação e a inovação.** Brasília: ABMES, 2006.

Recebido: 25/11/2010

Aprovado: 25/11/2010